Emendas do Senado ao Projeto de Lei nos atransição Energética (Paten); e altera as Leis nos 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000".

Emenda nº 1 (Corresponde à Emenda nº 29 – REL)

| Acrescente-se o inciso V | ao caput do art. 2º do Projeto: |
|--------------------------|--|
| "Art. 2° | |
| | |

- V estimular atividades relacionadas à transição energética em regiões carboníferas, visando:
- a) ao desenvolvimento de setores econômicos que venham a substituir a atividade carbonífera;
- b) ao desenvolvimento de atividades que resultem na redução significativa das emissões de gases de efeito estufa da atividade carbonífera."

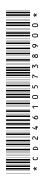
Emenda nº 2 (Corresponde à Emenda nº 10 – CI)

Dê-se ao **caput** do art. 3° e ao inciso II do § 1° do art. 3° do Projeto a seguinte redação:

"Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se projetos de desenvolvimento sustentável aqueles destinados à execução de obras de infraestrutura, modernização, expansão ou implantação de parques de produção energética de matriz sustentável, à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de inovação tecnológica que proporcionem benefícios socioambientais ou mitiguem impactos ao meio ambiente.

| § 1° | 0 | • | | | | |
|------|---|---|------|------|------|------|
| | | | | | | |

II – expansão da produção e da transmissão de energia solar, eólica, de biomassa, de gás natural, de biogás, de centrais hidrelétricas de qualquer capacidade instalada e de outras fontes de energia renovável, inclusive em



e) hidrogênio de baixa emissão de carbono ou hidrogênio verde e seus

i) gás natural aplicado em substituição de fontes de maior emissão de

j) produção de amônia, de amônia verde e derivados;

f) captura e armazenamento de carbono;



gases de efeito estufa;

h) fissão e fusão nuclear:

derivados;

- II expansão e modernização da geração e da transmissão de energia solar, eólica, nuclear, de biomassa, de gás natural, de biogás e biometano, de centrais hidrelétricas de qualquer capacidade instalada e de outras fontes de energia renovável, inclusive em imóveis rurais;
- III substituição de matrizes energéticas com maior emissão de carbono por fontes de energia limpa;
- V desenvolvimento e integração dos sistemas de armazenamento de energia;
- VI capacitação técnica, pesquisa e desenvolvimento de soluções relacionadas a energia renovável;
- VII desenvolvimento da produção, transporte e distribuição de gás natural:
- VIII desenvolvimento de produção nacional de fertilizantes nitrogenados;
 - IX descarbonização da matriz de transporte;
- X desenvolvimento de projetos para a implantação de infraestrutura de abastecimento dos combustíveis referidos no inciso I deste parágrafo, inclusive para a instalação de novos postos de abastecimento;
- XI projetos que incentivem a fabricação, a comercialização, a aquisição e a utilização de veículos pesados e máquinas agrícolas e de outros veículos movidos a gás natural veicular e biometano, assim como a conversão ou substituição de motores a diesel circulantes para gás natural veicular e biometano, além dos demais combustíveis referidos no inciso I deste parágrafo.
- § 2º Os critérios de análise, os procedimentos e as condições para aprovação dos projetos de que trata o **caput** deste artigo serão estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).
- § 3º Considera-se produtor e fornecedor independente de matériaprima de biocombustível a pessoa física ou jurídica que explore atividade agropecuária e a destine à produção dos biocombustíveis de que trata este artigo ao cultivar terras próprias ou de terceiros."

Emenda nº 5 (Corresponde à Emenda nº 31 – REL)

Dê-se ao art. 18 do Projeto a seguinte redação:

- "Art. 18. A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:
- 'Art. 1º As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) de sua



receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) em programas de eficiência energética no uso final, observado o seguinte:

VIII – as concessionárias e as permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica poderão aplicar recursos de eficiência energética para instalar sistemas de geração de energia elétrica em comunidades quilombolas e indígenas, de ribeirinhos e de povos tradicionais e em comunidades isoladas e geograficamente isoladas, quando tecnicamente viável e previamente autorizado, com o objetivo de atender ao disposto nesta Lei nos termos de regulamento.

'(NR)

'Art. 5°-B. Os recursos de que tratam o inciso II do **caput** do art. 4° e a alínea "a" do inciso I do **caput** do art. 5° desta Lei não comprometidos com projetos contratados ou iniciados ao final de cada exercício anual deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária no período subsequente.' (NR)"

Emenda nº 6 (Corresponde à Emenda nº 32 – REL)

Acrescente-se ao Projeto o seguinte art. 19, renumerando-se o subsequente:

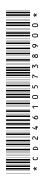
"Art. 19. Os projetos enquadrados no Paten, os ativos de mobilidade logística nos segmentos rodoviário, ferroviário e hidroviário, incluindo caminhões fora de estrada, equipamentos agrícolas, ônibus e micro-ônibus, movidos a biometano, biogás, etanol e gás natural na forma de gás natural comprimido (GNC) ou gás natural liquefeito (GNL), e a infraestrutura de abastecimento na forma de GNC ou GNL passam a ser elegíveis para recebimento de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, conforme o § 4º do art. 5º da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009."

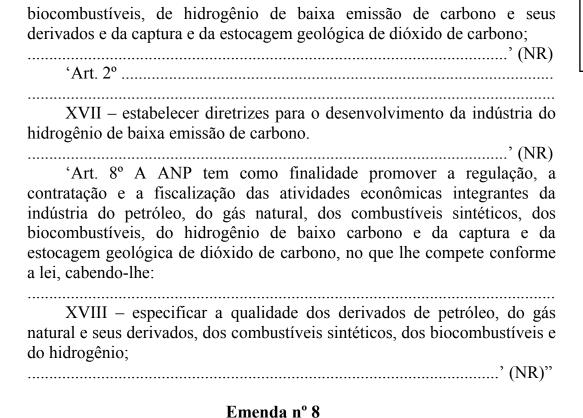
Emenda nº 7 (Corresponde à Emenda nº 18 – CI)

| Acrescente-se ao Projeto | o o seguinte art. | 19, renume | erando-se c | subseque | nte: |
|--------------------------|-------------------|-------------|-------------|-----------|------|
| "Art. 19. A Lei nº | 9.478, de 6 de a | agosto de 1 | 997, passa | a vigorar | com |
| as seguintes alterações: | | | | | |

| 'Art. 1° | |
|----------|--|
| | |

XVIII – mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de





Acrescente-se ao Projeto o seguinte art. 19, renumerando-se o subsequente: "Art. 19. Revogam-se os incisos I, III e IV do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000."

(Corresponde à Emenda nº 33 – REL)

Senado Federal, em 12 de dezembro de 2024.

Senador Rodrigo Pacheco Presidente do Senado Federal



gsl/pl21-327eme

